

Incertezas internas ameaçam negociações no exterior

William Waack

A deterioração das contas externas brasileiras pode afetar seriamente a posição do País em algumas das negociações internacionais de que participa. O Brasil ficará consideravelmente mais vulnerável ao procurar soluções para problemas como a dívida externa ou o contencioso comercial com os Estados Unidos, polarizado em torno da informática. Alguns dos negociadores brasileiros já dão sinais de preocupação:

— Não pode haver dúvidas de que nossa situação está se deteriorando com certa rapidez e que temos de buscar rapidamente um acordo para dívida e informática —, afirma destacado funcionário do governo brasileiro, há anos acostumado a negociações no exterior.

O diagnóstico das crescentes dificuldades brasileiras inclui a acentuada queda do superávit na balança comercial (com os números mais baixos desde 1983), a acelerada diminuição das reservas cambiais (causada em parte pela importação de alimentos e matérias-primas) e um inusitado movimento de remessas de lucros e desinvestimento (em seu volume atual, é o mais significativo desde que existem estatísticas na moderna história brasileira).

Para agravar esse quadro, o governo até agora não parece ter conseguido um acordo com seus principais credores internacionais, em especial as instâncias oficiais. Esse entendimento é considerado fator imprescindível na futura estratégia econômica do governo brasileiro: dele depende o volume de remessas líquidas para o exterior, atualmente em níveis considerados intoleráveis, além da entrada de novos recursos externos e a retomada de investimentos em áreas nas quais o poder público sempre desempenhou papel vital.

Comparada com seis meses atrás, a posição dos negociadores brasileiros, quando confrontados com seus interlocutores estrangeiros, perdeu em solidez. A queda dos preços do petróleo, a diminuição (ainda que nominal) das taxas de juros, a boa situação das reservas brasileiras e os excelentes sucessos iniciais do Plano Cruzado no combate à inflação levaram autoridades econômicas brasileiras a anunciar, talvez prematuramente, que o problema da dívida poderia ser resolvido em questão de meses — inclusive abrindo ao País a possibilidade de retornar em prazo muito breve ao mercado de empréstimos voluntários.

É sobretudo diante dos desequilíbrios internos, contudo, que se faz necessário buscar explicações para a acentuada queda no saldo comercial brasileiro. Aparentemente, a minidesvalorização do cruzado de maneira alguma conseguiu corrigir distorções apresentadas pelo excesso de demanda externa e pelo pouco incentivo percebido por alguns exportadores. Além, é claro, de algumas proibições (notadamente no setor da carne) que fizeram produtores brasileiros perder

mercados conquistados com muita dificuldade.

Se a tentativa, por parte do governo, de corrigir desequilíbrios internos à custa do saldo comercial ainda é aceita até por críticos severos, o movimento de fuga de capitais estrangeiros tem colocado autoridades brasileiras, economistas e também a oposição ligada a sindicatos diante de um fato com muitas explicações, nenhuma delas ainda totalmente convincente. A mais comum é a de que o investidor estrangeiro teme profundas modificações na legislação específica brasileira depois da Constituinte.

Outros economistas, como Edmar Bacha, do IBGE, insistem em lembrar, com forte dose de razão, que a fuga de capitais não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. A queda do dólar nos últimos 18 meses influencia a retração do investidor estrangeiro assim como as mudanças na tributação americana (que tornam mais vantajoso o repatriamento de lucros). Caberia mencionar, por outro lado, que países beneficiados com a queda do dólar — como a Alemanha — preferem investir fortemente comprando firmas nos EUA do que remetendo dinheiro para lugares como o Brasil.

Qualquer que sejam as causas, as consequências são as mesmas: torna-se gradativamente difícil para os negociadores brasileiros pedir dinheiro emprestado a bancos quando os donos de capital de risco mostram-se tão ariscos em relação ao futuro próximo da economia brasileira. É verdade que o governo brasileiro, pelo menos por enquanto, não está pedindo dinheiro novo aos bancos ou ao Fundo Monetário Internacional. Contudo, a previsão que fazem tanto setores do governo como analistas especializados é a de que se o saldo comercial se deteriorar, se as reservas cambiais diminuírem e não houver substancial entrada de recursos externos no país, simplesmente não haverá como pagar os juros da dívida, em 1987, sem recorrer a empréstimos.

Tornou-se nítido nas últimas semanas mais um dos paradoxos que tornam tão movimentada a cobertura dos fatos econômicos brasileiros: desde que explodiu a crise do endividamento internacional, em setembro de 1982, nunca as condições pareciam tão favoráveis ao Brasil. Mesmo assim, não foi possível um acordo com os credores internacionais, sobretudo devido a um impasse de ordem política com os detentores da dívida oficial, isto é, os governos dos cinco países mais ricos.

Diplomatas brasileiros enxergam até mesmo um *linkage* curioso entre dívida externa e as pressões americanas contra a política de reserva de mercados posta em prática no Brasil pela Lei de Informática. Um acordo formal do Brasil com o Clube de Paris depende sobretudo da aceitação, por parte de governos como os dos Estados Unidos e da Alemanha, de que o Brasil não seja obrigado a assinar um acordo *stand by* ou de *enhanced surveillance* com o FMI — já que o governo

- 9 NOV 1986

JORNAL DO BRASIL



brasileiro considera essa questão fora de qualquer consideração, e se recusa a aceitar qualquer tipo de monitoramento que não se faça através das obrigações estatutárias assumidas com o Fundo e previstas no seu Artigo IV.

A criação de um precedente desse tipo, provavelmente com importantes consequências políticas para outros grupos de países devedores, é fato considerado perigoso por governos ocidentais, entre os quais o dos Estados Unidos parece especialmente empenhado em transformar a política de informática brasileira num *key issue*, em elemento-chave para aplicar uma verdadeira lição de "livre comércio" — ou para assegurar vantagens globais num setor de enorme importância futura, conforme assinalam funcionários do governo brasileiro.

Alguns analistas, como o Professor Mario Henrique Simonsen, consideram que um dos maiores empecilhos às negociações externas do Brasil é justamente a retórica ambígua em relação a órgãos como o FMI ou instituições do tipo do Clube de Paris. Diplomatas credenciados por longos anos de negociações no exterior, sobretudo no campo econômico e comercial, acrescentam a essa crítica a observação de que autoridades brasileiras recentemente adotaram atitudes arrogantes e desrespeitaram certos rituais considerados importantes na diplomacia internacional — e estariam recebendo o troco agora, particularmente através de uma aberta animosidade (às vezes pessoal) por parte de funcionários da administração americana em relação a ministros ou interlocutores brasileiros.

Justamente no lado exclusivamente político das negociações brasileiras, funcionários do governo em Brasília acham que as coisas teriam de ser resolvidas o mais rápido possível. A saída do diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, é considerada como perda de um importante aliado. Larosière empenhou-se pela flexibilização dos programas de ajustamento do Fundo e foi sobretudo graças à sua intervenção que o México chegou a um acordo inédito com os bancos, já que inclui cláusulas de contingência. Da mesma maneira, os recentes resultados eleitorais nos Estados Unidos, com políticos democratas agora dominando o Senado, sugerem aos analistas brasileiros que as nuvens protecionistas provavelmente escurerão o Capitólio a partir de janeiro.

Esse sentido de urgência, contudo, percebe-se por enquanto apenas nos gabinetes imediatamente a cargo da condução de negócios exteriores ou junto a alguns assessores especiais na área econômica. O restante do governo está envolvido na barafunda das eleições. Da mesma maneira que as medidas provavelmente muito pouco populares em estudos para corrigir o Plano Cruzado, tomara que o despertar para os problemas externos não seja tão doloroso, quando todos voltarem das eleições.